

“Acerto” foi feito na Comissão

O ex-secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, atribuiu ao comando da Comissão de Orçamento a iniciativa do acerto feito para a inclusão prévia de emendas no Orçamento de 1992. Em fax enviado de Washington, onde mora, Parente afirma à CPI ter recebido aval do ex-presidente Fernando Collor e do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, para levar adiante o acordo, feito no apartamento do então relator do Orçamento, deputado João Alves (sem partido-BA), em agosto de 1991. Embora negado por todos os parlamentares que depuseram na CPI do Orçamento, o acerto é considerado “um fato comprovado” pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

Parente contou à CPI ter sido procurado por José Carlos

Alves dos Santos — então subordinado a ele no Departamento de Orçamento da União (DOU) — com uma proposta da Comissão de Orçamento. Dirigentes teriam se oferecido para manter quase intacta a proposta do Governo em troca da inclusão prévia de emendas para o Orçamento de 1992. “A aceitação de um entendimento era de alto interesse do Poder Executivo, pois evitaria não só o desfiguramento de sua proposta como a elevação do déficit público”, justificou Parente.

Uma reunião na casa de João Alves, relatada à CPI por Santos, selou o acordo. Segundo Parente, o diretor do DOU cuidaria dos projetos a serem incluídos no Orçamento “por se tratar de assunto de natureza operacional”.